

Surdez, linguagem e psicanálise: contribuições à construção do sujeito socioeducacional

Luzia Cristina Nogueira de Araújo¹, Vera Maria Pollo Flores²

Resumo

Ao estabelecer uma conexão entre surdez, linguagem e psicanálise, o artigo oportuniza ampliar e suscitar possibilidades de desenvolvimento de novos conhecimentos com relação ao processo de construção do sujeito, que nos permite refletir sobre quem é o sujeito único, engendrado pela linguagem, que é constituído e constituinte das suas experiências intransferíveis e pessoais desde o seu nascimento. O sujeito surdo sinalizado (que só se comunica por meio da língua de sinais), mesmo com expressivas conquistas em termos de legislações, ainda continua com dificuldades no que tange ao processo de aprendizagem no âmbito escolar, o que implica qualitativamente a sua inclusão social. Destaca-se que a psicanálise se preocupa em estudar e investigar o inconsciente e o funcionamento do aparelho psíquico, cujo sujeito socioeducacional é construído pela linguagem. Esta pesquisa bibliográfica se configura metodologicamente em um estudo descritivo qualitativo, cujas análises permitiram inferir que a linguagem não é vocalização. Torna-se relevante tais conhecimentos quando se pretende transformar o campo socioeducacional em um espaço inclusivo e significativo à construção do sujeito surdo sinalizado.

Palavras-chave

Sujeito surdo. Psicanálise. Linguagem. Língua.

¹ Doutora em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Brasil e em Educação pelo Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências, Rio de Janeiro, Brasil; professora na Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: luzia.araujo@uva.br.

² Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil; professora titular na Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: verapollo8@gmail.com.

Deafness, language and psychoanalysis: contributions to the construction of the socio-educational subject

Luzia Cristina Nogueira de Araújo³, Vera Maria Pollo Flores⁴

Abstract

By establishing a connection between deafness, language and psychoanalysis, the article makes it possible to expand and raise possibilities for the development of new knowledge in relation to the process of construction of the subject, which allows us to reflect on who is the unique subject, engendered by language, which is constituted and constituent of his non-transferable and personal experiences since his birth. The signaled deaf subject (who only communicates through sign language), even with significant achievements in terms of legislation, still continues to have difficulties with regard to the learning process in the school environment, which qualitatively implies their social inclusion. It is noteworthy that psychoanalysis is concerned with studying and investigating the unconscious and the functioning of the psychic apparatus, whose socio-educational subject is constructed by language. This bibliographic research is methodologically configured in a qualitative descriptive study, whose analyzes allowed to infer that language is not vocalization. That such knowledge becomes relevant when it is intended to transform the socio-educational field into an inclusive and meaningful space for the construction of the deaf subject.

Keywords

Deaf subject. Psychoanalysis. Language. Lalangue.

³ PhD in Psychoanalysis, Health and Society, Veiga de Almeida University, State of Rio de Janeiro, Brazil and in Education, Brazilian Institute of Education, Culture and Sciences, State of Rio de Janeiro, Brazil; professor at Veiga de Almeida University, State of Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: luzia.araujo@uva.br.

⁴ Phd in Psychology, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro; professor at Veiga de Almeida University, State of Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: verapollo8@gmail.com.

Introdução

Inicialmente, torna-se válido destacar que o campo da surdez é aqui representado pelo sujeito surdo sinalizado, que utiliza a língua de sinais para sua comunicação e que se apresenta na sociedade como membro de uma comunidade com uma cultura e língua própria – Língua Brasileira de Sinais (Libras). Existem no campo da surdez: os surdos oralizados – leem lábios e se comunicam oralmente; os bilíngues – utilizam a Libras, a língua portuguesa na modalidade escrita e/ou oral; e os que usam implantes cocleares e, portanto, podem ouvir.

A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, primeira lei brasileira que marca a conquista dos surdos, enquanto um grupo minoritário, que utilizam a língua própria da sua cultura, ressalva:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Estudos linguísticos mostram que as línguas de sinais são comparáveis às línguas orais em expressividade e complexidade. Portanto, apesar de sua deficiência funcional, o sujeito surdo está inscrito na linguagem, embora se organize a partir de um centro comunicativo singular. Cada sujeito se relaciona com a linguagem e produz, para ele, o seu lugar no interior do conjunto das formações sociais. Honora complementa:

As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas surdas. Elas podem ser comparadas à complexidade e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou irracional [...]. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestos. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas de LÍNGUAS. [...]. As línguas não são universais. Cada uma tem sua própria estrutura gramatical, sendo assim, como não temos uma única língua oral, também não temos apenas uma língua de sinais. (2015, p. 41).

Assim, a Libras não é universal e tem suas peculiaridades regionais. Ressalva-

se que a linguagem para os surdos é produto de signos da língua de sinais que não se encontram apenas na modalidade sonora, mas também na modalidade visual-espacial.

No entanto, percebe-se que mesmo diante de tantas conquistas legais e civis, o sujeito surdo sinalizado sente muitas dificuldades em progredir nos bancos escolares e obter a tão apregoada inclusão socioeducacional. A língua de sinais é utilizada com pouca frequência nas escolas regulares e ainda serve como uma ferramenta secundária durante o processo ensino-aprendizagem. Não é valorizada na sua completude linguística, já que o cotidiano escolar é respaldado por contextos caracterizados pelo uso da língua oral. O ensino de Português para as crianças surdas tem sido ofertado por meio de um processo metodológico similar para as crianças ouvintes, que dispõem do Português como língua materna, privilegiando o fonocentrismo. As crianças surdas, então, têm ficado à mercê de barreiras linguísticas e suas reais inserções nos espaços sociais que perpassam diariamente.

Vale ressaltar que “a surdez é uma realidade heterogênea e multifacetada, uma vez que cada sujeito surdo é único, singular. Com isso, sua singularidade será constituída e dependerá das experiências socioculturais que compartilhou no decorrer de sua trajetória” (SALLES, 2007, p. 78).

Ao se apropriar das relações entre surdez, linguagem e psicanálise, o presente artigo objetiva suscitar o entendimento de que o sujeito surdo, cuja fala é representada por sinais (modalidade visual-gestual ou visual-espacial), alfabeto manual e escrita, é o sujeito da linguagem, em que essa o permite estruturar seu pensamento, demonstrando o que sente e construir-se enquanto sujeito socioeducacional. Sob essa perspectiva, a metodologia adotada na pesquisa é de caráter descritivo, de cunho qualitativo, caracterizada por análises bibliográficas de autores que versam sobre as temáticas aqui apresentadas no campo da surdez, psicanálise e da linguística.

Para alcançar o objetivo proposto, acreditamos ser importante iniciar fundamentando-o teoricamente por meio do conceito da psicanálise sobre a representação da palavra quanto a significado e significante, com a finalidade de situar a língua de sinais no campo da linguagem.

é preciso supor um Outro prévio ao sujeito, e isso efetivamente corresponde à nossa experiência. Muito antes de o bebê nascer, ou seja, de um ser humano surgir na cena do mundo com possibilidade de se tornar um sujeito, o campo em que ele aparecerá já se encontra estruturado, constituído, ordenado. Não apenas a cultura, a sociedade e a família, com todos os elementos que as fazem tão

complexas, já o esperam, como também a linguagem, como campo de constituição do sujeito (lembremo-nos que o sujeito é *o sujeito da linguagem*), já se encontra plenamente constituída à espera do sujeito (ELIA, 2004, p. 43).

Significantes e a desconstrução do fonocentrismo

Vale destacar que o significante para Freud (1915) não é apenas a palavra, podendo ser também um elemento corporal. A expressão “fala” deve ser interpretada não apenas como significando a expressão do pensamento por palavras, mas incluindo a linguagem dos gestos e todos os outros métodos. A escrita é uma atividade mental que pode ser expressa.

Uma palavra, contudo, adquire seu *significado* ligando-se a uma “apresentação do objeto”, pelo menos se nos restringirmos a uma consideração de substantivos. A própria apresentação do objeto é, mais uma vez, um complexo de associações formado por uma grande variedade de apresentações visuais, acústicas, táteis, cinestésicas e outras. (FREUD, 1996, p. 127).

Para Freud, a palavra articulada pela fala e pela escrita representa uma unidade complexa, vindo a ser uma combinação de elementos auditivos, visuais e cinestésicos (sensações corporais, motoras). Para ele, a palavra apresenta quatro componentes, descritos em “Palavras e coisas”, um de seus artigos sobre o inconsciente. São eles: a “imagem sonora” da palavra; o segundo, a “imagem visual da letra”; o terceiro componente é a “imagem motora da fala”; e o último, a “imagem motora da escrita” (FREUD, 1996, p. 124). Desse modo, a apresentação da palavra pode ser ampliada.

Freud, em seu texto “O eu e o isso”, ressalva:

Os restos de palavra provêm, essencialmente, de percepções acústicas, através das quais se dá uma particular origem sensorial, para o sistema Pré-consciente. Em uma primeira abordagem, pode-se desdenhar os componentes visuais da representação-palavra por serem secundários, adquiridos mediante a leitura, e igualmente as imagens motrizes da palavra, **que, exceto no caso dos surdos-mudos, desempenham o papel de signos de apoio. A palavra é, então, propriamente, o resto mnemônico da palavra ouvida**” (1992, p. 22, grifos nossos).

Resto, para o autor, diz respeito a um corpo-superfície marcado pela linguagem através dos significantes que vêm do Outro. Não se trata, efetivamente, de

um aparelho auditivo, de um ouvido. Trata-se de uma escuta em um corpo marcado por significantes. Podemos apreender que o autor considera que os componentes visuais e imagens motoras são inerentes às representações das palavras para o sujeito surdo. Portanto, o sujeito surdo busca uma forma de comunicação não verbal, na qual expressa seus sentimentos e pensamentos.

Para Foucault (2007) é inegável que há uma relação intrínseca entre a linguagem e o sujeito. Enfatiza que é pela linguagem que é possível ao homem conhecer o mundo e a si, representar o seu pensamento, ter ciência da sua condição, que permite ao sujeito a ordenação e a representação do pensamento. O autor enfatiza ainda que é impossível falar do homem sem falar antes da linguagem, pois sem ela todo o acesso ao mundo estaria fadado à incomunicabilidade do universo fechado e desconhecido. Nessa perspectiva, Bakhtin (1997) destaca que cada sujeito constitui uma singularidade socialmente engendrada e sua linguagem significará, pois, sempre um partilhado território discursivo. Sob essa ótica, jamais poderemos então desconsiderar a existência de um leitor pressuposto como personagem necessariamente indispensável, quando pensarmos na construção da leitura e escrita também na área da surdez. Lacan assinala que “existem outras vias que não as vocais para receber a linguagem. A linguagem não é vocalização. Vejam os surdos” (LACAN, 2005, p. 298-299).

O fato de uma pessoa ser surda não a impede de desenvolver sua linguagem. Lacan, no artigo intitulado “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1998), enaltece a linguística, dizendo que a temática dessa ciência gira em torno de um algoritmo que a funda – S/s (significante sobre significado) –, tornando possível seus estudos sobre significante e significado. Toma, desse modo, a formalização de Saussure (2006) e propõe a inversão das posições do significado e o significante. Apesar de Saussure não abandonar a correspondência entre significante e significado, observa-se que o linguísta não só privilegia o significante em detrimento do significado, mas também faz questão de diferenciar o significante da imagem acústica: o significante, “em sua essência, [...] não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras” (SAUSSURE, 2006, p. 137-138). A partir desse estudo, Lacan (1999, p. 15) adverte que “o duplo fluxo paralelo do significante e significado, distintos e fadados, conduz a um eterno deslizamento um sobre o outro”. Propõe a não existência de uma relação biunívoca

entre significante e significado, assim como entre palavra e coisa, desfazendo a ideia de que o significante representa algo significativo, ou seja, há uma rede de significações em que um significante remete a outro significante. Assim, surge o significante laciano: “nossa definição do significante (não existe outra): um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1998, p. 833).

Ressalva-se que Saussure (2006) sugere que a linguagem é um sistema histórico com os seus aspectos social e singular (o sujeito social) indissociáveis e propõe que o signo linguístico sustenta, portanto, um ponto de vista acerca da relação da língua com as coisas do mundo, ou seja, a língua não é uma nomenclatura para as coisas; ela não supõe ideias feitas. Para o autor, a língua não se confunde com a linguagem, porque ela é somente uma parte determinada, essencial dela, ou seja, sendo ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social.

Sob esse prisma, Borges (2010), em sua obra “Psicanálise, Linguística e Linguística”, contrapondo-se ao fonocentrismo, que considera a escrita como representação da linguagem oral e, partindo de dados coletados numa experiência de alfabetização com crianças ouvintes, traz para a discussão estudos a respeito da oralidade, escrita e linguagem, embasando-se essencialmente nas noções de significante, metáfora e metonímia para analisar esses dados, destaca que:

Para Derrida (1967), é necessário retornar ao Curso de Linguística Geral, às páginas consagradas “ao valor do signo linguístico onde à escrita, reabilitada, é atribuído um lugar entre outros sistemas, **ao lado do alfabeto dos surdos-mudos**, dos ritos simbólicos, das formas de polidez, dos signos militares, etc.” (SAUSSURE, 1974, p. 25). A desconstrução da concepção representacionista da escrita exige o retorno a Saussure, porque implica o reconhecimento da tríade língua/fala/escrita. Esta, por sua vez, possibilita a compreensão de que a distinção entre fala e escrita não pode ser reduzida à diferença entre as suas substâncias de expressão. (BORGES, 2010, p. 113-114, grifos nossos).

Com efeito, a autora ressalva que o conceito saussureano de língua põe em pauta as consequências do fato de que tanto os componentes fônicos quanto os gráficos constituem unidades diferenciais e, portanto, só assumem um lugar na cadeia como significantes. Desse modo, a autora chega ao entendimento de que a escrita que a criança produz em seu processo de alfabetização, mesmo nas formas gráficas

indeterminadas e heterogêneas, é constituída pelo Outro, representado, principalmente, pelos discursos e textos que circulam na escola.

Isto significa que o universo discursivo em que a criança está inserida é determinante de sua fala e de sua escrita, e por isso mesmo, condição de sua interpretação. No campo dos estudos sobre a escrita, o reconhecimento da inscrição do processo de sua aquisição no campo do linguístico abre perspectivas para que as relações oralidade/escrita, nesse processo, sejam consideradas segundo um novo prisma. A inclusão da noção de língua abre uma brecha na clausura da relação dual oralidade-escrita em que a concepção representacionista as colocou. Ao pesquisador fica, então, aberta a possibilidade de descrever as transformações gráfico-textuais na escrita da criança, até então desconsiderada pelas teorias da alfabetização, enquanto efeito do funcionamento linguístico-discursivo que as incluem. Neste funcionamento, linguagem oral e linguagem escrita emergem numa relação de mútua constituição que se deixa perceber no jogo metaforonímico de unidades linguísticas de diversas naturezas e extensões. (BORGES, 2011, p. 124).

Nesse contexto, Borges (2010, 2011) descarta o entendimento de que a linguagem oral seja o referente para a escrita e enfatiza que a língua, em seu funcionamento, marca a criança e a torna um sujeito singular.

Eis aqui três pressupostos revelados em nossos estudos para o campo da surdez: o primeiro seria partir do entendimento de que o significante para Lacan nada tem a ver com a audição, ou seja, a percepção auditiva dependerá dos deslizamentos do discurso (expressões, atos, gestos, desenhos, sintomas etc.) regidos pelos significantes, que são produções simbólicas. Destaca-se assim que na língua de sinais há também um encadeamento de significantes, em que o sujeito surdo pode se expressar formando um discurso. O segundo é a possibilidade real de que a aprendizagem da escrita do sujeito, surdo ou ouvinte, pode ocorrer sem a imposição das teorias que enfatizam o fonocentrismo, já que a alfabetização é um processo que ocorre no campo da linguagem (BORGES, 2010). O terceiro pressuposto seria que o significante tem a função de representar o sujeito determinando-o. Desse modo, a fala do surdo está inserida na existência da linguagem e que, tal como o ouvinte, os significantes se inscrevem como traços na constituição do sujeito.

Para Lacan (1998) a lei do homem é a lei da linguagem. Portanto, podemos apreender que o surdo se circunscreve nesse contexto, por ser sujeito de uma linguagem, cuja voz não é oral, mas possui significantes que o determina como sujeito psíquico.

Lalíngua, voz e surdez

Lacan utiliza o termo “lalíngua” para diferenciar a ordem da linguagem na qual o inconsciente é estruturado. O autor enfatiza que falar de lalíngua é falar do que afeta um sujeito.

Lalíngua nos **afeta**, de início, por tudo o que ela comporta de **efeitos**, que são afetos. E se podemos dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem é, muito precisamente, porque esses efeitos de lalíngua, que já estão ali como um saber, como um saber que não tem nada a fazer, vão muito além de tudo o que o ser, o ser que fala é suscetível de articular como tal” (LACAN, 2010, p. 267- 268, grifos nossos).

Desse modo, o inconsciente é testemunho de um saber que apresenta afetos que restam inexplicáveis, pois são afetos que derivam da presença de lalíngua. Tal presença “articula coisas que vão muito mais longe do que aquilo que o ser falante suporta de saber enunciado” (LACAN, 2010, p. 189-190). Assim, podemos apreender que a lalíngua é a língua de cada um como resposta à língua em que o sujeito foi falado. Lalíngua remete à lógica na qual um sujeito se insere na linguagem. Nesse contexto, para Lacan (2010), ela não remete ao sentido das palavras, mas às suas vibrações. Desse modo, as vibrações não se referem somente ao aparelho auditivo, constituem-se no corpo. A constituição do corpo, segundo o autor, tem a ver com os registros, com a linguagem, com o aparelho psíquico. Tem, assim, relação com a voz, pois ela vibra no corpo.

Assim, a voz não se apresenta somente no registro do sonoro. Ela “se ordena como objeto da pulsão, como suporte corporal, e, portanto, pulsional de um enunciado, independente da modalidade sensorial utilizada por este” (VIVÈS, 2012, p. 13).

Para Lacan, há uma relação mais do que acidental ligando a linguagem à sonoridade. A sonoridade, para ele, se relaciona com o fato de a voz fazer ressoar: “ressoa num vazio que é o vazio do Outro como tal” (LACAN, 2005, p. 300). Trata-se muito mais de haver o Outro do que de ouvir o Outro. Haver o Outro, segundo Lacan, abre a possibilidade de um sujeito se constituir, isto é, se houve (do verbo haver) o Outro, então o sujeito fez sua entrada na linguagem.

Desse modo, lalíngua se apresenta também em um aparelho auditivo de uma pessoa surda, pois há um ouvido físico deficiente para a inscrição de sons, mas há um aparelho psíquico, aparelho de linguagem que sustenta as inscrições de que houve do

Outro. Como forma de elucidar essa questão, traz-se aqui o exemplo do livro *Le cri de la mouette*, traduzido para o português como *O voo da gaivota*, de Emmanuelle Laborit, que nasceu surda, mas entrou no discurso a partir do aprendizado da língua de sinais, introduzido por seu pai.

Eu me lembro do ventre. Minha mãe está grávida de minha irmã menor, eu sinto as vibrações muito fortes. Eu sinto que há alguma coisa. O rosto enterrado na barriga de minha mãe, ‘eu ouço’ a vida. Eu não posso imaginar que há um bebê na barriga de mamãe. Para mim, é impossível. Eu vejo uma pessoa, e há uma segunda pessoa dentro dela? Eu digo que isso não é verdade. Isso é uma piada. Mas eu amo o ventre de minha mãe e o ruído da vida dentro dele. Também gosto da barriga de meu pai, à noite, quando ele conversa com amigos e com minha mãe. Eu estou cansada, deito-me ao lado dele, a cabeça na sua barriga e sinto sua voz. Sua voz passa por sua barriga e eu sinto as vibrações. Isso me acalma, me tranquiliza, é como uma canção de ninar, eu caio no sono com suas vibrações como uma cantiga na minha cabeça. (LABORIT, 1993, p. 28).

Nesse exemplo, podemos supor que a ressonância, a vibração sobre a qual Emmanuelle se refere é da ordem da língua, uma vez que a voz se faz ressoar no corpo. A voz pode ser considerada como o apoio da fala quando o discurso se sustenta pelo uso da fala oral. No entanto, isso não é exclusivo a esse tipo de fala. No caso dos surdos, podemos sustentar a dimensão da voz como áfona, já que ela está presente também, enquanto discurso, na fala de sinais. Lacan (2005), como anteriormente mencionado, diz que a linguagem não é a vocalização e exemplifica: “Vejam os surdos” (LACAN, 2005, p. 298).

A diferença principal das línguas de sinais em relação às línguas orais é a sua disposição visual ao invés de auditiva. A ideia de que a língua de sinais é icônica, leva a crer que a imagem da palavra estaria mais próxima da coisa que ela representa. Mas isso é arbitrário. Não há ligação direta entre significante/significado. Os equívocos e o deslizamento significante, porém, não são os mesmos do português, por exemplo. Na língua de sinais também há palavras homônimas. Por exemplo, laranja e sábado são homônimas, têm a mesma configuração de mão, movimento e localização espacial. E esses sinais (laranja/sábado) são próximos da palavra ‘aprender’ e da palavra ‘ouvir’ em um deslizamento significante, pois possuem a mesma configuração de mão e movimento, mas não a mesma localização espacial. Comparando com o português, seria como se essas palavras tivessem o mesmo radical. Se não há ligação direta entre a palavra e a coisa representada, há uma série de equívocos, deslizamentos, fragmentos de palavras que podem fazer surgir a dimensão áfona da voz, ainda que a língua utilizada seja uma língua

imagética, visual. (SANTOS; CALDAS, 2018, p. 37).

Vivès (2012) diz que, assim como o olhar tem um ponto cego, cabe à voz um ponto surdo. Quanto a essa questão, Lacan, no seminário 10 “A angústia”, destaca que “o fato de o olho ser um espelho já implica, de certo modo, sua estrutura” (LACAN, 2005, p. 263). Para o autor, a visão já demonstra, mais além de sua estrutura física, a função que vem a desempenhar como objeto: um espelho. Lacan ressalta o fato de que, para constituir essa dimensão, há um ponto cego no olhar, pois é preciso tornar-se cego ao olhar do Outro (VIVÈS, 2009).

Desse modo, de acordo com Vivès (2012), na constituição do sujeito há um “ponto surdo” que se coloca como necessário para que haja a estruturação da voz. Para aceder à linguagem, o sujeito necessita se colocar surdo ao som. “Ponto surdo é o lugar intrapsíquico onde o sujeito, após entrar em ressonância com o timbre originário, deverá poder tornar-se surdo para falar sem saber o que diz, ou seja, como sujeito do inconsciente” (VIVÈS, 2012, p. 15). A voz cai dos restos do que se ouve. Ouvir aqui como linguagem. O inconsciente é estruturado como uma linguagem (LACAN, 2005) e o sujeito é o que emerge entre um significante e outro, independentemente da surdez.

Considerações finais

A realização dessa pesquisa preocupou-se em responder à inquietação surgida diante de um sujeito surdo (sinalizado), que faz parte da cultura surda, em que a Libras é utilizada como meio de comunicação, havendo a necessidade se constituir como sujeito da linguagem para que consiga desenvolver e construir novos conhecimentos de maneira satisfatória e adequada às suas condições linguísticas.

Sob essa perspectiva, foi possível apreender que podemos alfabetizar sem a submissão do fonocentrismo, ou seja, os estudos referenciados abrem a possibilidade de podermos alfabetizar o sujeito surdo através da história fincada pelos discursos que o antecede, pois é convocado, nesse processo, a situar-se de modo singular diante do que lhe é ofertado e demandado. Tal concepção provoca-nos a pensar o sujeito surdo em seu processo de aprendizagem da língua escrita, em que ela não pode ser mais concebida de forma cômoda como representação, materialização gráfica de um som (fala). Surge, assim, a possibilidade de uma alfabetização inclusiva de compreensão de

quem é o sujeito da aprendizagem e seus modos de construir seu conhecimento no processo da escrita.

Embora o surdo não tenha acesso à linguagem oral, se na voz do Outro – que ele capta com olhar, movimentos, toque, expressões corporais e faciais etc. – estiverem presentes as dimensões de enunciações de algo para ele, o surdo se constituirá, ou seja, se enxergará como sujeito, assim como ocorre de forma similar com os ouvintes. Enveredando por esse caminho, Lacan (1962-1963) diz que a voz deve ser diferenciada da oralidade e que ela não pertence ao registro sonoro. A voz é, assim, compreendida como o suporte corporal de um enunciado, qualquer que seja a modalidade sensorial por ele utilizada.

A pesquisa utilizou-se dos conceitos de voz e lalíngua postulados por Lacan para enfatizar que, no campo da surdez, assim como para os ouvintes, a lalíngua é a língua de cada um em resposta à língua em que o sujeito foi falado (LACAN, 2010).

Assim, ao voltarmos para o título da pesquisa “surdez, linguagem e psicanálise: contribuições à construção do sujeito socioeducacional”, que objetivou elucidar o lugar do surdo enquanto sujeito da linguagem, a psicanálise não pode ser alijada da discussão, visto que trabalha na tentativa de produzir efeitos muito específicos no corpo e no psiquismo de cada pessoa. É onde emerge o singular, muitas vezes, desconhecido pelo sujeito.

A psicanálise pode nos esclarecer a dimensão da singularização, escuta e valorização das subjetividades. Afinal, as pessoas são responsáveis pela possibilidade da inclusão, já que podem precisar se sentir incluídas em suas diferenciadas relações com o mundo. Desse modo, podemos apreender que a inclusão também é constituída de subjetividades, sejam conscientes ou inconscientes.

Essa pesquisa possibilitou entender que se deve viabilizar um *locus* de narrativas discursivas significativas com a finalidade de oportunizar ao surdo a se enxergar enquanto sujeito estruturado pela linguagem e, por isso, um ser único e coletivo engendrado pelas subjetividades socioeducacionais. Para tal, é necessário que os espaços sociais e educacionais se tornem locais em que o sujeito surdo possa falar, e não que falem por e para ele.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

- BORGES, S. **Psicanálise, Linguística e Lingüística**. São Paulo: Escuta, 2010.
- BORGES, S. A psicanálise na alfabetização. **Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, São Paulo**, v. 5, n. 9, 2011. Doi: 10.11606/issn.1980-7686.v5i9p121-133. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11570>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 13 out. 2020.
- ELIA, L. **O conceito do sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FREUD, S. El yo y el ello. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. v. 19. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1992.
- FREUD, S. Pulsiones y destinos de pulsión (1915). *In*: **El contribución a la historia del movimiento psicoanalítico: trabajos sobre metapsicología y otras obras (1914-1916)**. 14. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1996.
- HONORA, M. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2015.
- LABORIT, E. **O voo da gaivota**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1996.
- LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 500-509.
- LACAN, J. **O seminário livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LACAN, J. Subversão do Sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 818-820.
- LACAN, J. **O seminário livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LACAN, J. **Encore**. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2010.
- SALLES, H. M. M. L. *et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminho para a prática pedagógica**. 2. ed. Brasília: MEC, 2007.
- SANTOS, V. E. S.; CALDAS, H. A voz na surdez. **Psicanálise & Barroco em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, dez. 2018. Doi: 10.9789/1679-9887.2018.v16i2.%25p. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/9013>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIVÈS, J. M. A pulsão invocante e os destinos da voz. **Psicanálise & Barroco em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jul. 2009. Doi: 10.9789/1679-9887.2009.v7i1.%25p. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8812>. Acesso em: 19 nov. 2020.

VIVÈS, J. M. **A voz na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

Submetido em 27 de novembro de 2020.

Aprovado em 10 de abril de 2021.